

JORNAL FERAESP

O JORNAL DOS ASSALARIADOS RURAIS



PL DO VENENO AVANÇA E ENTRA NA FASE MATA-MATA
EMPREGO E DESEMPREGO NO SETOR AGROPECUÁRIO DO ESTADO SP
POSSÍVEIS EFEITOS DA VENDA DIRETA DO ETANOL

ESTAMOS DE OLHO

FERAESP PARTICIPA DO ENCONTRO REGIONAL DA CSB EM BAURU

FERAESP EM MOVIMENTO

RAÍZEN USA TECNOLOGIA DOS DRONES E DESEMPREGA NO CAMPO

FERAESP DEFENDE TRABALHADORES DA RAÍZEN NA ASSEMBLEIA DA SHELL

**Direção eleita da FERAESP é reconhecida
pelo Ministério do Trabalho e Emprego**



WWW.FERAESP.ORG.BR



JORNAL FERAESP - EXPEDIENTE: Órgão informativo mensal da FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo. CNPJ 58.998.915/0001-18; Rua Rio Branco, 18-40, Vila América, Bauru – SP – CEP 17014-037. Fone: (14) 3214.3237, e-mail: ferasp@ferasp.org.br - . Direção: Diretoria Executiva da Ferasp. Edição: Alcimir Carmo (jornalista responsável) – MTb. 18993/SP, /SP, Cristiano Augusto Galdino (economista) - CORECON 35802/SP e Juan Toro Castillo (editor responsável) - MTb. 0083542/SP.

Direção eleita da FERAESP é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego

Finalmente foi recebida a notícia de que a direção eleita no último Congresso da Federação (03/2017) foi validada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Depois de muita luta pelo reconhecimento e atualização dos dados perenes da entidade no Ministério, no dia 11 de junho a justiça foi feita.

O trâmite vinha se arrastando há meses, e a demora na atualização cadastral no registro nacional era utilizada para desprestigiar a direção eleita, difamações provenientes de um pequeno grupo pretendia atender interesses da ex-presidência da entidade que dirigiu a Federação por quase três décadas, e que em 2016 foi afastada por malversação, dilapidação do patrimônio e desrespeito ao Estatuto Social da FERAESP.

Entre os dias 15 e 16 de março de 2017 com a presença de delegados de todo o Estado foi realizado o 2º Congresso Extraordinário da Feraesp, e foi eleita uma nova direção, direção que marca um novo tempo na Federação. A direção eleita no Congresso colocou o sindicalista de Cândido Mota/SP, Jotalune Dias dos Santos como o novo presidente da entidade, e suas palavras pronunciadas logo após a posse indicavam o caminho que a nova direção busca, “fazer com que os empregados rurais voltem a ter a sua representação de segundo grau sindical de direito e de fato” e que os novos diretores estão “imbuídos do compromisso com os interesses coletivos dos empregados rurais assalariados”.

Agora, mais forte, a Federação busca estreitar laços de confiança com todos os sindicatos comprometidos com a classe, para organizar e movimentar a estrutura sindical dos empregados rurais para atender as reivindicações da categoria e lutar por melhores condições de trabalho e valorização do empregado rural.



Composição da direção da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo:

Presidente:

Jotalune Dias dos Santos

Secretário Geral:

Wilson Rodrigues da Silva

Secretário de Finanças e Administração:

Rubens Germano

Secretário de Organização Sindical:

Eduardo Porfírio

Sec. de Formação, Educação e Qualificação Profissional:

Aparecido Bispo

Sec. de Política de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente

Alcides Ignácio de Barros Filho

Secretário de Saúde e Segurança do Trabalho

Miguel Ferreira dos Santos

Secretário de Políticas Sociais

Aluísio José dos Santos

Secretário de Comunicação e Relações Internacionais

Paulo Anísio

Suplentes da Diretoria:

Fábio Júlio Albino

Gilson Donizete do Lago

Mário Lopes

Sheila Perpétua Bordim Santos

Elmo Silveira do Léscio

Siderval da Silva Novais

Abílio Penteado da Silva

Antonio Carlos da Silva

Conselho Fiscal

Espedito Ferreira de Matos

Adão Aparecido Alves

Jesus Donizete dos Santos

Suplentes do Conselho Fiscal

Adelmo Antonio de Souza

Pedro Pires Nogueira

Emprego (com carteira assinada) e desemprego no setor agropecuário do Estado de São Paulo: Comportamento no primeiro trimestre de 2018

De acordo com o artigo do Instituto de Economia Agrícola (IEA) publicado em 07/06/2018, através dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram registradas cerca de 43.707 admissões no setor agropecuário (atividade, cultivo e criação de animais no campo) no primeiro trimestre de 2018 (janeiro, fevereiro e março), contra 59.284 mil desligamentos.

Na comparação desse trimestre com o ano de 2017, houve queda de 3% no número de contratações. Já as demissões, foram 28% maiores.

Em relação ao nível de escolaridade, foram desligados de seus postos de trabalho no primeiro trimestre de 2018, 47,9 mil pessoas abaixo do nível escolar médio incompleto.

Relativamente a remuneração, pessoas que recebiam acima de 3,1 salários mínimos (mínimo de remuneração recebida de R\$ 2.957,40) foram admitidas 1,1% nesses 3 meses. Já o percentual de demitidos para essa faixa de remuneração foi de 1,2%, ou seja, 0,1% de demissões a mais. A concentração de admissões nesse período, foi de pessoas que recebem até R\$ 1.431,00, ou seja, entre 1,01 e 1,5 salários mínimos (78,3%).

A faixa de idade que mais absorveu contratações nesse período foi a de até 17 anos que recebe salários de até um salário mínimo e possui pouco ou quase nenhum direito trabalhista. A faixa de idade na qual mais houve perdas foi a de pessoas com mais de 40 anos de idade (37%), sendo 22.091 mil desligadas e 13.686 admitidas. O IEA destaca que, esse setor primário em análise, vem perdendo suas características. Historicamente, o setor sempre absorveu mais pessoas com as faixas de idades acima de 40 anos em comparação aos setores secundário e terciário.

Já em relação ao sexo, as mulheres (a exemplo de todos os setores de atividade), são as mais prejudicadas. Como mostra a tabela I, as admissões nesse período foram de 8.062 mil contra 13.604 mil demissões. Embora as demissões dos homens tenham sido em maior número (45.680 mil) o percentual de contratações foi de 81,60% contra 18,40% das mulheres nesse período. Os desligamentos dos homens representaram 77,10% contra 22,90% das mulheres, porém as admissões dos homens representaram 35.645 mil contra 8.062 mil mulheres.

Tabela I - Admitidos e desligados por gênero – primeiro trimestre de 2018

Sexo	Admitidos	Desligados	Desligados em (%)	Admitidos em (%)
Masculino	35.645	45.680	77,10%	81,60%
Feminino	8.062	13.604	22,90%	18,40%

Fonte: IEA - dados do Ministério do Trabalho e Emprego / Elaboração própria

O artigo mostra que, para o próximo trimestre, a expectativa é a de mais admissões, porém deve-se examinar qual a forma dessas novas contratações, afinal a reforma trabalhista está “em pleno vapor”, o que pode significar contratações já com as perdas dos direitos trabalhistas antes garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Portanto, cabe principalmente aos sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais ficarem atentos à dinâmica do mercado de trabalho que virá nos próximos meses, pois a precarização não conta somente com alguns setores do empresariado, mas, também, com um governo que tenta justificar as reformas com uma “modernização” que na verdade retrocede a proteção social dos trabalhadores ao século XIX.

Saldo entre novas contratações e demissões no setor da agropecuária no primeiro trimestre de 2018 em 6 setores de atividade

Abaixo (tabela - T) está demonstrado o saldo entre novas contratações e demissões no setor da agropecuária no primeiro trimestre de 2018 (janeiro, fevereiro e março), em 6 atividades do setor no Estado de São Paulo. A atividade de cultivo de laranja teve saldo negativo de (-12.198) mil, a atividade de criação de bovinos teve saldo negativo de (-238) e a maior queda ficou com as atividades de apoio à agricultura com (-12.975). A atividade de criação de aves teve saldo positivo de (85) contratações, outras atividades agropecuárias tiveram saldo positivo de 457. Já a atividade de cultivo de cana-de-açúcar teve saldo positivo de (9.292). O saldo total dessas atividades foi negativo de (-15.577), ou seja, houve mais demissões do que contratações no primeiro trimestre de 2018.

Tabela - T (Saldo em mil pessoas)

Saldo entre admissões e desligamentos no primeiro trimestre de 2018 no Estado de São Paulo							
	Cana	Laranja	Bovinos	Aves	Ativ. de apoio	Outras atividades	Total
Admissões	12.640	3.934	3.739	2.674	6.163	14.557	43.707
Desligamentos	3.348	16.132	3.977	2.589	19.138	14.100	59.284
Saldo	9.292	-12.198	-238	85	-12.975	457	-15.577

Fonte: IEA - dados do Ministério do Trabalho e Emprego / Elaboração própria





O Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que mede o reajuste de contratos de aluguel acumulou nos últimos 12 meses 3,30%. Já o Índice Nacional de Preço ao consumidor (INPC), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e utilizado para reajuste salarial, acumulou no Estado de São Paulo nos últimos 12 meses em 2,27%, enquanto que no Brasil o indicador acumulou 1,76% no mesmo período. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) também medido pelo IBGE que registra a inflação oficial do País, acumulou nos últimos 12 meses no Estado de São Paulo 3,31%. Já no Brasil, o acumulado no mesmo período foi de 2,86%.

Últimos 12 meses - maio de 2017 a maio de 2018				
IGP-M	INPC - SP	IPCA - SP	INPC- Brasil	IPCA - Brasil
3,30%	2,27%	3,31%	1,76%	2,86%

Fonte: IBGE/ FGV (IGP-M) / Elaboração própria



FERAESP participa do Encontro Regional da CSB em Bauru

A Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo - FERAESP, esteve presente na atividade realizada no dia 05 de junho, no Auditório Espaço Vida, assim como diversos sindicatos de empregados rurais do Estado de São Paulo filiados na FERAESP.

Com aproximadamente 300 pessoas o encontro ocorreu com sucesso, oferecendo para todos palestras necessárias, abordando os desafios da classe trabalhadora e do movimento sindical. O encontro contou com as palestras do Dr. Luis Henrique Rafael (Desembargador do TRT 15º -Região) com o tema "Impacto da Reforma Trabalhista nos Direitos", Dra. Augusta Rafeffray (Advogada e Mestre em Direito Sindical) com o tema "Financiamento Sindical Pós-Reforma", Antônio Netto (Presidente Nacional da CSB) com o tema "Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora" e Ciro Gomes (Advogado, professor universitário e pré-candidato à Presidência da República) com o tema "Geração de Emprego e Renda". Ciro Gomes repassou na sua fala temas atuais como a Reforma Trabalhista, desenvolvimento industrial, auditoria da dívida pública e governabilidade, salientando a necessidade de escolher parlamentares comprometidos com as reivindicações da classe trabalhadora.

Projeto de Lei que intensifica o uso de agrotóxico avança e entra na fase mata-mata

À bancada ruralista não basta que o Brasil consuma 20% do agrotóxico presente no mundo todo, ao agronegócio não basta que cada brasileiro esteja consumindo, em média, mais de 7 litros de agrotóxico por ano, não basta às multinacionais de herbicidas e pesticidas que no Brasil, entre 2007 e 2014, tenham se registrado 1186 mortes por intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola, e que, nesse mesmo período, quase 17 mil bebês podem ter sofrido intoxicação por agrotóxicos. Não bastasse esses impactos, os parlamentares se movimentam para intensificá-los ainda mais, querendo alterar as regras sobre o uso do agrotóxico, fiscalização, comercialização e importação, entre outros aspectos, para facilitar ainda mais o uso intensivo e crescente do agrotóxico no país, sem que exista a participação da sociedade, principalmente dos cientistas que acompanham e alertam sobre os efeitos nocivos que o agrotóxico deixa nas comunidades, trabalhadores e consumidores.

No dia 25 de junho a Comissão Especial da Câmara destinada a emitir parecer sobre a flexibilização proposta pelo Projeto de Lei nº 6299, através do seu relator Luiz Nishimori (PR-PR), proferiu parecer favorável à mudança da legislação brasileira no que diz respeito aos agrotóxicos. O relatório foi aprovado por 18 votos a favor e 9 votos contrários. Luiz Nishimori também foi o relator que deu parecer favorável à restrição de venda de produtos orgânicos em supermercados.

O Projeto de Lei, conhecido como PL DO VENENO, vem tramitando desde 2002 e é de autoria de Blairo Maggi (Partido Progressista), atual Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo Temer.

Temer e seu governo mais uma vez planejam atacar a classe pobre e trabalhadora, já congelaram os gastos públicos com a PEC 55, liberaram a terceirização em todos os níveis, impuseram a Reforma Trabalhista, levaram o terror ao Rio de Janeiro com a intervenção militar, e agora pretendem envenenar a terra, os rios, e o povo brasileiro.

DIGAMOS NÃO A PL DO VENENO!



FERAESP em movimento

Diretores assumem a representação do setor rural em Brasília e em São Paulo em favor dos assalariados rurais e da agricultura familiar



Rubens Germano

Alcides de Barros Filho



Wilson Rodrigues

No dia 28 de junho aconteceu, em Brasília, mais uma reunião da COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL RURAL – CPNR, órgão do governo federal pelo Ministério do Trabalho e Emprego - M.T.E. e na oportunidade foi anunciado o ingresso do Sr. Rubens Germano, Secretário de Finanças e Administração da FERAESP, como membro. O dirigente da Feraesp assume o cargo após a indicação da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB, na qual a FERAESP é filiada desde março deste ano.

Já no dia 12 de julho foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo a lista de membros que compõem o Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – CEDAF/SP, na qual foram confirmados os nomes dos membros titulares pelo Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, com mandato de dois anos. A Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP, indicou como seus membros representantes: o Secretário de Política de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente, Sr. Alcides Ignácio de Barros Filho e o Secretário Geral da Federação, Sr. Wilson Rodrigues da Silva, para, respectivamente, ocuparem os cargos de membros titular e suplente nesse Conselho.

FERAESP se movimentando para organizar e unir a estrutura sindical no Estado

A FERAESP esteve no dia 11 de julho em Franca/SP para conversar com alguns sindicatos de empregados rurais da região. A reunião teve a presença do presidente da FERAESP, Jotalune Dias dos Santos e do secretário geral, Wilson Rodrigues, que trataram assuntos sobre a organização sindical, atualidade e desafios, e também sobre as condições de trabalho no setor rural. A reunião teve, além da presença da FERAESP e do Sindicato dos Empregados Rurais de Franca, representantes sindicais dos empregados rurais de Patrocínio Paulista e Pedregulho.



FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO



WWW.FERAESP.ORG.BR



Possíveis efeitos da venda direta do etanol das usinas para os postos de combustíveis: As consequências ao mercado de trabalho foram previstas?

O projeto (SF) nº 61, de 2018, aprovado pelo Senado no dia 19 de junho, que susta o artigo 6º da Resolução nº 43, de 22 de dezembro de 2009, da Agência Nacional de Petróleo – ANP, do senador Otto Alencar (PSD/BA), objetiva legalizar a venda direta do etanol das usinas para os postos de combustíveis, acabando com a obrigatoriedade da venda às distribuidoras dessa intermediação.

Grandes produtores, distribuidores e revendedores são contrários ao projeto que agora segue para a Câmara dos Deputados.

A União Nacional da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA) é contrária ao projeto, assim como a Associação das Distribuidoras (Plural). Essas instituições alegam que, se aprovada, a fiscalização será dificultada, além da queda na qualidade dos produtos. A mesma UNICA é favorável à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), que nada mais é do que um imposto federal sobre a gasolina e diesel. Segundo a UNICA, esse imposto eleva a competitividade do etanol na medida em que o preço do etanol fica mais atraente.

O projeto, tem como pretensão diminuir os custos, principalmente aos pequenos produtores da região Nordeste, e possuem baixa mecanização no processo de produção (Pernambuco: 95% aproximadamente de trabalhadores manuais no corte da cana-de-açúcar), o que elevaria a competitividade dessas pequenas usinas.

O que de fato está “por trás” é o risco do domínio dos grandes oligopólios, essencialmente dos grandes produtores da região Centro-Sul que poderia perder parte da fatia do mercado que dominam. A incidência da CIDE no diesel e gasolina é um instrumento benéfico ao setor e justificável, porém os grandes oligopólios, produtores de etanol, não repassam esse “incentivo” do governo ao consumidor e menos ainda geram empregos significativos, dada a característica de alta mecanização do setor. O que ocorre é o aumento do domínio no setor e na lucratividade dos grandes produtores.

Portanto, dizer que o projeto é benéfico, será possível comprovar só no longo prazo. Principalmente na ótica da economia do trabalho, não pode ser afirmado que com o benefício aos pequenos produtores isso gerará empregos e ganhos de renda aos trabalhadores, de forma que, com tal incentivo, os pequenos produtores podem reverter em investimentos na mecanização. O que poderia ser melhor elaborado no projeto é uma compensação ao mercado de trabalho, com requalificação dos trabalhadores, prevendo a mecanização dado ao aumento da competitividade dessas pequenas usinas. Infelizmente, grande parte dos projetos são elaborados apenas na ótica de mercado empresarial e as empresas são quase que incapazes de compreender que a melhoria no mercado de trabalho, e subsequente benefício aos trabalhadores, geram ganhos de produtividade.

Raízen usa tecnologia dos drones para o combate biológico da broca da cana e desemprega no campo

Anunciada como medida de modernidade e inovação no combate às pragas da cana-de-açúcar, a utilização de drones (robôs controlados por controle remoto), deixa de utilizar mão-de-obra de rurais, reduzindo ainda mais postos de trabalho nessa lavoura.

“Uma inovação tecnológica está ajudando os produtores no controle biológico das pragas. O inseto que combate a broca-da-cana é liberado nas plantações em cápsulas biodegradáveis lançadas por drones”, anuncia a matéria veiculada pela representação regional da TV Globo, a TV TEM em seu programa regional <https://globo-play.globo.com/v/6633089/> e também em matéria especial do Globo Rural do domingo 29 de junho.

“Um combate à praga feito de uma forma bem diferente! Uma inovação que também ajuda na preservação do meio ambiente”, continua a matéria mostrando que uma empresa (startup em uma incubadora de empresas em Londrina no Paraná) desenvolve, há um ano e meio, cápsulas biodegradáveis.

São em formato e tamanho que lembram uma bola de tênis e que podem ser feitas de diversos materiais, dentre eles, celulose e bagaço da cana de açúcar. Elas são

usadas para disseminar inimigos naturais da lagarta que se desenvolve na cana-de-açúcar, mas, também, podem vir a ser utilizadas nas culturas de soja, milho, tomate e em outras culturas que tenham um controle biológico, através da liberação de parasitóides.

E é justamente lá na lavoura onde tudo acontece. Conforme a diretora de inovação da Raízen, que produz os derivados da cana-de-açúcar e também a mais nova cliente deste projeto, “essas novas tecnologias também podem ajudar a resolver os desafios do desenvolvimento sustentável”. E diz isso porque, segundo entende, “esse novo método tem as cápsulas feitas de um material biodegradável, o que contribui para uma agricultura sustentável, bem diferente do que acontece há 40 anos na maioria dos canaviais, onde o combate biológico é feito com copo plástico”.

Ainda de acordo com essa diretora, “o drone e a cápsula biodegradável que leva a Cotésia (*Apantheles Flavips*, a mosquinha) dentro, oferece um ganho muito significativo num aspecto que é a precisão e um controle biológico mais eficiente, veloz e sem danos ambientais nas lavouras.”

Ainda um técnico da área de projetos agrícolas da Raízen, explica que a broca (*Dia-*

traea Saccharalis) costuma surgir no período chuvoso e é uma das piores pragas do canavial e o controle dela é muito difícil e que o problema hoje é como se faz a dispersão.

Conforme diz, “os operadores têm que entrar no canavial e fazer a aplicação, andando, é um trabalho bem desgastante. Como o drone não tem preguiça e ele vai fazer o canavial inteiro, tem um rendimento alto e eu tenho certeza de que estou colocando as vespinhas onde preciso colocar no canavial. E isso abre portas para a gente usar essa mesma estratégia para outras pragas, para outras culturas.”

Problema é que, o drone, assim como a mecanização, tem substituído mão-de-obra e, conseqüentemente, os postos de trabalho de centenas de trabalhadores. “A diminuição dos postos de trabalho e a redução dos salários é uma preocupação constante dos trabalhadores e da sua representação sindical”, diz o presidente da Feraesp, Jotalune Dias dos Santos.

Para o dirigente sindical, “as empresas podem e devem se modernizar, porém, devem, proceder à transição, treinando e qualificando a sua mão-de-obra para o uso da tecnologia e adaptação em outras tarefas e não simplesmente a demissão!”



Feraesp defende trabalhadores na Raízen na Assembleia de Acionistas da Shell

Durante a realização da Assembleia Geral de Acionistas da Royal Dutch Shell, realizada no dia 22 de maio, em Haia, na Holanda, com a participação de perto de mil acionistas (ou seus representantes) e diretores dessa empresa anglo-holandesa, a Feraesp questionou ao presidente e direção da empresa sobre as relações de trabalho que mantém sua associada no Brasil, a Raízen Energia, com os trabalhadores.

Após a apresentação dos resultados dos investimentos da empresa em todo o mundo, inclusive no Brasil, sua direção, pelo presidente Michel Holiday, abriu a sessão às perguntas dos participantes da AGA e, assim, ouviu do representante da Feraesp no evento, o jornalista-assessor de imprensa, Alcimir Carmo, três questões sobre como a empresa se relaciona com seus empregados nas suas unidades sucroenergéticas (produtoras de etanol).

E, rapidamente, Carmo disse que na oportunidade do evento representava os cerca de 30 mil trabalhadores brasileiros sob a batuta da Shell, conforme número propagado pela própria Raízen-Shell em seu sítio de internet, alocados em suas 26 unidades no País e dito isso, quis saber:

1) Por que a Shell permite que sua sócia Raízen demita trabalhadores em plena campanha salarial?

2) Por que dirigentes sindicais e membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CIPA, são demitidos apesar de ter sido eleitos pelos trabalhadores e de terem estabilidade assegurada por lei?

3) Quando é que a Shell, que afirma cumprir com as leis e normas éticas, vai impedir a Raízen de cometer essas ilegalidades? Nem o presidente e nem os diretores da Shell (incluindo o brasileiro Roberto Setúbal, do Grupo Itaú), se dignaram a responder durante a Assembleia as questões apresentadas pela Feraesp, indicando que, como eram específicas, de uma empresa associada, deveriam ser apresentadas ao Help Desck (equipe de assessoria da direção da Shell) presente naquele local, o que foi feito de imediato.

Kemal Özkan em nome dos sindicalistas voltou para a AGA, apontou que não havia ninguém no help desk e instou a Shell a se encontrar com a IndustriALL e suas afiliadas. A Shell, então, providenciou para que vários funcionários fizessem anotações detalhadas das violações relatadas pelos sindicatos IndustriALL, que representam milhares de trabalhadores nas operações da Shell. O secretário geral adjunto da IndustriALL Global Union, Kemal Özkan, e líderes sindicais do Brasil, Nigéria, Trinidad e Tobago, Tunísia e Uganda levantaram questões durante a AGA sobre violações dos direitos dos trabalhadores nas operações da Shell sobre trabalho precário, salários desiguais, salários miseráveis, sindicatos em falência por conta do esvaziamento promovido pelas empresas e saúde e segurança. A ação faz parte da campanha da IndustriALL para fazer com que a Shell cumpra com seus compromissos declarados de respeitar os direitos de seus funcionários e trabalhadores em diretos em suas cadeias de fornecimento.

Na avaliação dos representantes sindicais presentes na realização da assembleia geral anual (AGA), o Conselho Executivo da Royal Dutch Shell não deu respostas adequadas às perguntas sobre violações graves dos direitos dos trabalhadores e, por isso, disse que essas questões deveriam ser tratadas localmente e, assim, direcionou os líderes sindicais para um centro de assistência no hall do teatro, onde a AGM acontecia. No entanto, descobriu-se que não havia ninguém lá nesse local e, assim, foi solicitada uma conversa com o presidente mundial da Shell, Charles Holliday



Foto: Leonie Guguen (IndustriAll) - Manifestação de sindicalistas na Shell em Haia

Presidente da Shell se reúne com integrantes da Rede Internacional de Sindicatos

O presidente mundial da Shell, Charles Holliday, foi convidado e aceitou falar pessoalmente com representantes da IndustriALL e líderes sindicais. Durante o café no hall do teatro, ele se encontrou com o secretário geral adjunto da IndustriALL Global Union, Kemal Özkan, e líderes sindicais do Brasil, Nigéria, Trinidad e Tobago, Tunísia e Uganda, dentre outros países que haviam levantado questões durante a AGA sobre violações dos direitos dos trabalhadores nas operações da Shell sobre trabalho precário, salários desiguais, salários miseráveis, sindicatos em falência e saúde e segurança.

O presidente Holliday se comprometeu em interagir com a direção de IndustriAll/Rede Shell de sindicatos e ouvir sobre as ações que fazem parte da campanha da IndustriALL que pretende que a empresa cumpra seus compromissos declarados de respeitar os direitos de seus funcionários e trabalhadores diretos em suas cadeias de fornecimento, bem como de empresas associadas.

Por cerca de uma hora, o presidente ouviu aos sindicalistas e prometeu respostas aos apresentados, mas, sobretudo, manter o diálogo aberto e permanente com a Rede Shell de Sindicatos.